

Pais de pessoas com deficiência intelectual podem ser incluídos em grupo prioritário para vacinação contra covid

Pais, mães e tutores de pessoas com deficiências intelectuais poderão ser incluídos entre as prioridades de vacinação contra Covid-19. É o que determina a Lei 9.264/21, sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Estado desta segunda-feira (03).

Pág 04

Bolsa de valores tem maior queda desde março

Em um dia de volatilidade no mercado financeiro, a bolsa de valores teve a maior queda desde meados de março. O dólar começou o dia em forte alta, mas arrefeceu durante a tarde até fechar com pequena valorização.

Pág 03

Programa de parcelamento de créditos de ICMS do estado recupera R\$ 2,5 bi

O Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS), que oferece aos contribuintes reduções de juros e multas de até 90% do valor devido, alcançou o recorde de R\$ 2,5 bilhões em pouco mais de dois meses. Parte dessa quantia entrou à vista no caixa do estado...

Pág 02

Faperj lança edição 2021 do Bolsa Nota 10

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, divulgou o lançamento dos Editais Bolsa Nota 10, que incluem os Editais Mestrado Nota 10 e Doutorado Nota 10.

O Programa Bolsa Nota 10 se destina a estimular a excelência na pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro...

Pág 03

Governador Cláudio Castro faz convocação por pacto pelo Rio de Janeiro



Divulgação

Um pacto de toda a sociedade em favor do Estado do Rio de Janeiro. Foi com essa convocação que o governador Cláudio Castro tomou posse no cargo, na manhã deste sábado (01/05), durante cerimônia na Assembleia Legislativa. Segundo ele, diante da pandemia da Covid-19 e de seus efeitos trágicos – perda de vidas, pobreza, desemprego e fome –, o momento é de união para prosseguir com o processo de reconstrução do estado.

- Quero fazer um pacto com as senhoras e senhores deputados, com a sociedade civil, com os poderes e as instituições. Um pacto pela recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro. Um pacto pela geração de empregos, um pacto pela educação, segurança pública...

Pág 04

Operação Lei Seca: Maio Amarelo começa com alto índice de casos de alcoolemia no trânsito



Divulgação

Maio é mês de conscientização no trânsito

A Operação Lei Seca registrou, no primeiro dia de maio, um alto número de casos de alcoolemia nas blitzes de fiscalização realizadas no estado do Rio. Dos 535 motoristas abordados, 119 estavam embriagados e foram retirados das ruas. Neste mês é celebrado o Maio Amarelo, movimento mundial criado para chamar

atenção para o alto número de mortos e feridos no trânsito. Nesta segunda-feira, a pedido do Detran RJ, o padre Omar Raposo celebrou uma missa aos pés do Cristo Redentor, como parte das comemorações do Maio Amarelo. Em seguida, o monumento foi iluminado de amarelo durante uma hora.

Pág 02

Governo do Rio divulga novas medidas restritivas para conter a pandemia



Divulgação

Municípios estão autorizados a promover barreiras sanitárias

O Governo do Estado do Rio de Janeiro divulgou, nesta terça-feira (4/5), em publicação no Diário Oficial, alterações nas medidas restritivas para conter a propagação da Covid-19. O decreto estadual manteve suspensa a realização de shows e liberou alguns tipos de eventos, com capacidade de lotação

máxima de 40% em locais fechados e 60% em ambientes abertos, além de distanciamento mínimo de 1,5 m.

Foram liberados: feiras de negócios e exposições; eventos corporativos, congressos, workshops, conferências, seminários, simpósios...

Pág 02

Câmara aprova PL que revoga Lei de Segurança Nacional



Divulgação

Medida segue para análise do Senado

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (4) o projeto de lei que revoga a Lei de Segurança Nacional e acrescenta no Código Penal uma nova seção para tipificar 10 crimes contra a democracia em cinco capítulos. Entre eles, os crimes de interrupção de processo eleitoral, fake news nas eleições e atentado ao

direito de manifestação. O PL segue para análise do Senado.

O texto prevê, no capítulo dos crimes contra a cidadania, a proibição de impedir, com violência ou ameaça grave, o exercício pacífico e livre de manifestação de partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos...

Pág 03

Governo do Rio divulga novas medidas restritivas para conter a pandemia



O Governo do Estado do Rio de Janeiro divulgou, nesta terça-feira (4/5), em publicação no Diário Oficial, alterações nas medidas restritivas para conter a propagação da Covid-19. O decreto estadual manteve suspenso a realização de shows

e liberou alguns tipos de eventos, com capacidade de lotação máxima de 40% em locais fechados e 60% em ambientes abertos, além de distanciamento mínimo de 1,5 m.

Foram liberados: feiras de negócios e exposições; eventos cor-

porativos, congressos, workshops, conferências, seminários, simpósios, painéis e palestras; casamentos, bodas, aniversários, formaturas, coquetéis e confraternizações; eventos em ambientes abertos, como parques e praças; e food parks, somente para

a venda de gêneros alimentícios e bebidas.

Também continua liberado o ensino híbrido nas escolas da rede estadual, desde que respeitado o atendimento presencial máximo de 50%. Fica mantidos o funcionamento de lojas de

comércio de rua, salões de beleza, barbearias, com agendamento prévio, e atividades de ambulantes legalizados.

Os hotéis e pousadas deverão observar as regras estabelecidas no programa "Rio de Janeiro Turismo Consciente". As

áreas de lazer só poderão funcionar com 40% de sua capacidade. O funcionamento de academias nesses locais deve manter a limitação de 40%, devendo ser incentivada aos usuários a sanitização dos equipamentos.

Locais como museus, bibliotecas, cinemas, teatros, parques de diversões e jardim zoológico não terão horário para início de funcionamento, mas deverão encerrar atividades até as 22h.

Serviços essenciais

São consideradas essenciais as seguintes atividades: saúde, supermercados, limpeza urbana, segurança pública, educação, assistência social, serviço funerário, unidades farmacêuticas, bancárias, lotéricas, centrais de abastecimento atacadista e hortifrutigranjeiro, serviços de radiodifusão e filmagem, especialmente os destinados ao trabalho da imprensa e transmissão informativa.

Segundo o decreto, caso haja conflitos, prevalecem as regras estipuladas pelos municípios, que estão autorizados a promover barreiras sanitárias nas rodovias estaduais, se necessário.

Operação Lei Seca: Maio Amarelo começa com alto índice de casos de alcoolemia no trânsito



A Operação Lei Seca registrou, no primeiro dia de maio, um alto número de casos de alcoolemia nas blitzes de fiscalização realizadas no estado do Rio. Dos 535 motoristas abordados, 119 estavam embriagados e foram retirados das ruas. Neste mês é celebrado o Maio Amarelo, movimento mundial criado para chamar atenção para o alto número de mortos e feridos no trânsito. Nesta segunda-feira, a pedido do Detran.

RJ, o padre Omar Raposo celebrou uma missa aos pés do Cristo Redentor, como parte das comemorações do Maio Amarelo. Em seguida, o monumento foi iluminado de amarelo durante uma hora.

Os municípios de Queimados, na Baixada Fluminense, e Campos dos Goytacazes, no Norte do estado, apresentaram as maiores taxas de condutores flagrados sob efeito de álcool pela Operação Lei Seca. Duas blitzes foram

realizadas em Queimados, e o percentual atingiu 28,4%. Já em Campos, as ações atingiram 21,4%. A média atual do estado é de 10%.

A Zona Oeste da capital também registrou um alto índice de alcoolemia. Nas ações realizadas na Estrada do Mato Alto, em Campo Grande, foram abordadas 146 pessoas, com 23,3% de casos registrados. Já na Barra da Tijuca, 13,4% de motoristas estavam embriagados.

- Neste mês, estamos intensificando as blitzes nos locais onde temos registrado as maiores taxas de alcoolemia. Os altos índices são preocupantes, por isso seguimos diariamente realizando ações de fiscalização para que cada vez menos motoristas embriagados circulem nas ruas e possam provocar acidentes de trânsito - explica o superintendente da Operação Lei Seca, tenente-coronel Luiz Carlos Segala.

Programa de parcelamento de créditos de ICMS do estado recupera R\$ 2,5 bi

O Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS), que oferece aos contribuintes reduções de juros e multas de até 90% do valor devido, alcançou o recorde de R\$ 2,5 bilhões em pouco mais de dois meses. Parte dessa quantia entrou à vista no caixa do estado, e a outra parte será paga de forma parcelada, em até 60 vezes. Do total negociado, R\$ 566 milhões são referentes a dívidas negociadas pela Petrobras.

O resultado é um dos mais expressivos já alcançados pelo estado em um programa de refinanciamento de débitos e supera o total negociado em todo o ano de 2018, que foi de R\$ 2,3 bilhões.

O montante alcançado pelo estado é a soma dos parcelamentos de débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa,

arrecadados, respectivamente, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ) no período de 17 de fevereiro a 29 de abril.

- Esta iniciativa reflete o nosso estilo de governar, com muito diálogo e busca de resolução de conflitos de forma amigável. Sabemos que muitas empresas estão passando por uma situação difícil e temos todo o interesse de que mantenham suas portas abertas, gerando vagas de trabalho para a nossa população. O Rio de Janeiro está de portas abertas para os empreendedores, e temos feito tudo que está ao nosso alcance para criar um bom ambiente de negócios e trazer novos investidores, além de manter quem já está aqui - afirma o governador Cláudio Castro.

Correio da Serra

Av. Edgar Gismonti, nº 90, Centro, Carmo-RJ, 28.640-000

Tel: (22) 2537-0346

Jornalista Responsável: André Salles 003674/RJ

Logus Ambiental Ltda-Me

C.N.P.J. 07.766.805/0001-90

E-mail: correiodaserra.contato@gmail.com

O Correio da Serra não endossa, necessariamente, os conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas por seus colaboradores.

Circulação: Interior do Estado do Rio de Janeiro e Zona da Mata Mineira

Tiragem: 5.000 Exemplares

Câmara aprova PL que revoga Lei de Segurança Nacional

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (4) o projeto de lei que revoga a Lei de Segurança Nacional e acrescenta no Código Penal uma nova seção para tipificar 10 crimes contra a democracia em cinco capítulos. Entre eles, os crimes de interrupção de processo eleitoral, fake news nas eleições e atentado ao direito de manifestação. O PL segue para análise do Senado.

O texto prevê, no capítulo dos crimes contra a cidadania, a proibição de impedir, com violência ou ameaça grave, o exercício pacífico e livre de manifestação de partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de classe ou demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos.

A pena instituída é de 1 a 4 anos de reclusão, mas aumenta para 2 a 8 anos se da repressão resultar lesão corporal grave. No caso de morte, vai para 4 a 12 anos.

De acordo com a relatora, deputada Margareth Coelho (PP-PI), a proposta busca revogar a Lei 7.170/1983, a chamada Lei

de Segurança Nacional, e estabelecer uma nova legislação, agora voltada à tipificação dos crimes contra o Estado Democrático de Direito e a humanidade.

“A propositura, composta de 25 artigos, sugere os seguintes tipos penais: atentado contra a soberania, traição, atentado separatista, espionagem, serviço de espionagem, aerofotogrametria, sensoriamentos ilícitos, auxílio a espião, revelação, divulgação de segredo de Estado, insurreição, organização paramilitar, armamento militar, invasão de um Estado por outro, genocídio, terrorismo, desaparecimento de pessoas e informação falsa”, explicou.

Contrários à proposta, deputados do PSL tentaram obstruir a votação e estender a discussão do dispositivo por meio de uma comissão especial. Na avaliação do deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), a Lei de Segurança Nacional está sendo usada para perseguir quem faz críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“Se é para torná-la melhor, ela deveria estar sendo melhorada, aprimorada.

Da forma como está, ela traz consigo diversos dispositivos ruins da antiga Lei de Segurança Nacional e também traz questões muito piores para a nova legislação. Ela permite, por exemplo, que ações de grupos armados sejam legitimadas, legalizadas, que ações como de black blocs ou de MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem Teto] sejam praticadas livremente e não sejam punidas”, afirmou o deputado.

Para o líder da minoria, deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), a atual legislação tem sido usada para perseguir políticos e ativistas. Na avaliação do congressista, a Lei de Segurança Nacional era a estrutura legal da ditadura militar.

“Derrubar a Lei de Segurança Nacional é fundamental para quem tem compromisso com a democracia. Esse painel é muito ilustrativo daqueles que defendem a democracia e daqueles que defendem a ditadura, defendem a tortura e que precisam ser derrotados neste plenário e na vida política brasileira. É disso que se trata”, argumentou Freixo.



Bolsa de valores tem maior queda desde março

Em um dia de volatilidade no mercado financeiro, a bolsa de valores teve a maior queda desde meados de março. O dólar começou o dia em forte alta, mas arrefeceu durante a tarde até fechar com pequena valorização.

O índice Ibovespa, da B3, encerrou esta terça-feira (4) aos 117.712 pontos, com recuo de 1,26%. O indicador operou em baixa durante quase toda

a sessão, mas intensificou a queda ao longo da tarde, influenciado por ações de bancos e pelos mercados externos. Esta foi a maior baixa do Ibovespa para um dia desde 23 de março.

O dólar comercial fechou a sessão vendido a R\$ 5,431, com alta de R\$ 0,012 (+0,22%). Na máxima do dia, por volta das 9h20, a cotação chegou a R\$ 5,48, mas a entrada de fluxos externos durante

a tarde amenizou as pressões sobre o câmbio.

Nesta terça, os mercados internacionais tiveram um dia de tensão, após a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, ter feito comentários sobre o desempenho da maior economia do planeta, que está se recuperando em ritmo melhor que o esperado. A declaração elevou o desempenho dos títulos do

Tesouro norte-americano, pressionando a cotação do dólar em países emergentes, como o Brasil.

A pressão sobre o câmbio só não foi maior por causa da entrada de divisas decorrente da valorização das commodities (bens primários com cotação internacional). Os preços mais altos impulsionam as exportações, aumentando o ingresso de dólares no país.



Faperj lança edição 2021 do Bolsa Nota 10

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, divulgou o lançamento dos Editais Bolsa Nota 10, que incluem os Editais Mestrado Nota 10 e Doutorado Nota 10.

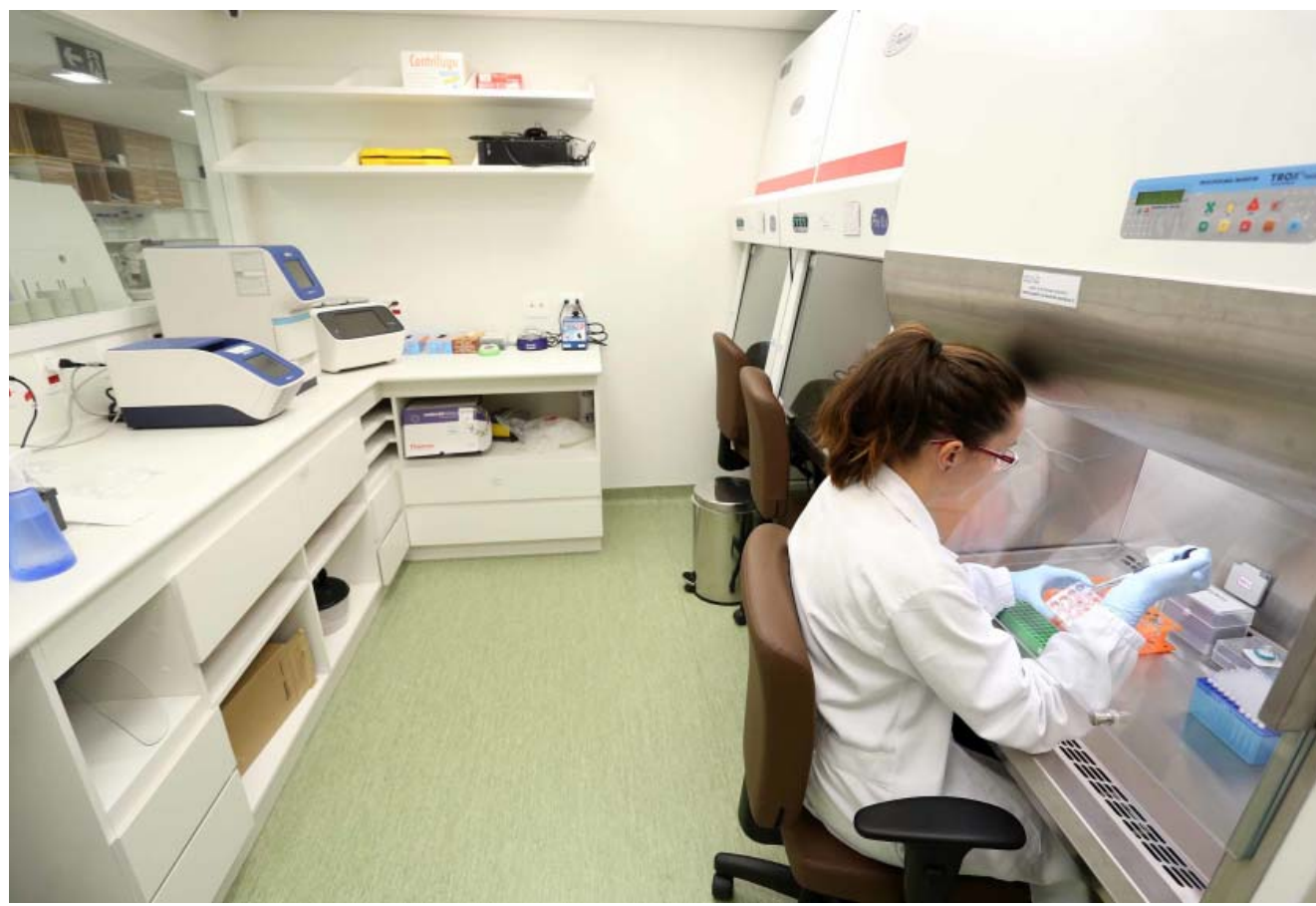
O Programa Bolsa Nota 10 se destina a estimular a excelência na pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro mediante a concessão de bolsas com valores diferenciados aos alunos de mestrado e doutorado que apresentam destacado desempenho acadêmico.

De acordo com as regras do Programa, as Bolsas Nota 10 contemplam apenas os últimos 12 meses de curso para os alunos de mestrado (13º ao 24º mês) e os últimos 24 meses de curso para os alunos de doutorado (25º ao 48º mês) – os meses devem ser contados a

partir da data da matrícula na pós-graduação.

Entre as exigências do edital está a necessidade de que os proponentes sejam alunos de programas de pós-graduação stricto sensu e que estes programas tenham conceitos 5, 6 ou 7, na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A cota de bolsas para cada programa é anual.

Esses editais referem-se somente à submissão de propostas para implementação de bolsas no primeiro semestre de 2021 (vigência inicial a partir de Junho). Posteriormente, a Faperj lançará os Editais correspondentes para a submissão de propostas para implementação de bolsas no segundo semestre de 2021, que terá início de vigência das bolsas a partir de outubro.



Governador Cláudio Castro faz convocação por pacto pelo Rio de Janeiro



Um pacto de toda a sociedade em favor do Estado do Rio de Janeiro. Foi com essa convocação que o governador Cláudio Castro tomou posse no cargo, na manhã deste sábado (01/05), durante cerimônia na Assembleia Legislativa. Segundo ele, diante da pandemia da Covid-19 e de seus efeitos trágicos – perda de vidas, pobreza, desemprego e fome –, o momento é de união para prosseguir com o processo de reconstrução do estado.

- Quero fazer um pacto com as senhoras e senhores deputados, com a sociedade civil, com os poderes e as instituições. Um pacto pela recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro. Um pacto pela geração de empregos, um pacto pela educação, segurança pública, pela saúde; um pacto pelo meio ambiente, por nossas crian-

ças e jovens, pelos nossos idosos, um pacto pelo futuro – conclamou.

Após convidar todos os presentes a um minuto de silêncio em memória aos mais de 43 mil mortos no estado em consequência da pandemia, Castro prestou solidariedade às famílias e reafirmou seu compromisso com a defesa da vida.

- Vamos continuar esta luta. Acredito na vacina para vencermos a pandemia. O momento é realmente de reconstrução. De firmarmos um pacto pela retomada dos empregos, de enfrentarmos a pobreza e a fome, pela vida da população do Estado do Rio de Janeiro.

Para enfrentar esse momento desafiador, o governador afirmou que é preciso coragem e determinação e que “é hora de olharmos para frente”.

- A população exige um governo sólido, sustentável, de diálogo; um governo que estimule a geração de empregos, que ofereça saúde e segurança; que invista na educação dos nossos jovens e que trabalhe em conjunto com todos os poderes – disse Castro, reforçando que continuará sendo um homem que sempre prega o entendimento e lembrando que discordâncias fazem parte da política: - Precisamos ter coragem. A hora é agora. A semana que passou, senhor presidente (André Ceciliano), marcada por divergências, hoje faz parte do passado. E a cada passagem, cada um de nós sai com um aprendizado. É assim que eu encaro o mundo, sempre olhando para frente.

Supera Rio e Bairro Seguro

Em seu discurso, o governador frisou que o olhar para o futuro requer um foco no presente voltado para a camada da população mais vulnerável. Castro anunciou que começará a ser feito este mês o pagamento do programa Supera Rio, que vai destinar R\$ 200 mensais a famílias com renda per capita de até R\$ 178.

- Vamos iniciar, neste mês, o pagamento do auxílio emergencial, que, combinado com a linha de financiamento aos nossos pequenos empreendedores, beneficiará milhares de famílias e pequenos empresários. É a máxima das duas vacinas. A primeira está aí, sendo aplicada em nosso povo; e a segunda, que é para combater a fome e o desemprego, chegará nas próximas semanas – disse.

Também este mês

será lançado o programa Bairro Seguro, que levará policiamento comunitário aos bairros.

- Sonho ver nossas crianças voltarem a andar pelas ruas, assim como fiz em minha juventude, seja em Cambuci ou na Tijuca, onde passei grande parte da minha vida. É meu compromisso reduzir nossos índices de violência, sempre nos baseando em inteligência e investigação. Segurança pública é sinônimo de vida, empregos e desenvolvimento.

Diálogo como premissa

Para concluir, o governador destacou que manter o diálogo como premissa para superar os desafios de pacificar o Rio de Janeiro e para estimular o desenvolvimento do estado.

- Eu me comprometo com um governo de

diálogo, de um trabalho incansável, dia e noite, e que vai olhar para quem mais precisa. Os desafios estão postos: vencer a pandemia com a vacina, lutar contra a fome e gerar empregos. Para isso, o caminho é nos unirmos e criarmos um pacto pela reconstrução do Rio. Se juntos somos mais fortes, unidos somos imbatíveis.

Antes do discurso do governador, o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), afirmou que, com a posse, Cláudio Castro começa um novo capítulo na história do estado.

- Em mim, o senhor terá sempre um amigo até para discordar, mas sempre com lealdade e franqueza, na busca de soluções e na construção de consensos onde houver dissenso. Mais do que um aliado, você tem em mim um amigo – disse Ceciliano.

Pais de pessoas com deficiência intelectual podem ser incluídos em grupo prioritário para vacinação contra covid

Pais, mães e tutores de pessoas com deficiências intelectuais poderão ser incluídos entre as prioridades de vacinação contra Covid-19. É o que determina a Lei 9.264/21, sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Estado desta segunda-feira (03). A medida é de autoria original do deputado Rodrigo Amorim (PSL) e altera a Lei 9.040/20, que autoriza a prioridade

para trabalhadores da Saúde, Segurança Pública, Assistência Social, Educação, indígenas e quilombolas, pacientes imunodeprimidos, trabalhadores do setor alimentício e da agricultura, funcionários de farmácias e de petshops, pessoas em privação de liberdade e exercentes de atividades religiosas. “As pessoas com deficiência intelectual possuem dificuldades alimentares e de funções de estruturas orgânicas,

como o trato respiratório e sistema imunológico, por isso é importante imunizar as pessoas que estão por perto e cuidam dela”, justificou Amorim.

A medida também vale para cuidadores, enfermeiros e técnicos de enfermagem. “Do ponto de vista social, a convivência com esses profissionais é importante e estabelece vínculos. O afastamento em decorrência da pandemia também teve efeitos devas-

tadores neste sentido. Sendo assim, a vacinação de tais profissionais trará maior qualidade de vida a eles”, declarou o parlamentar.

De acordo com a norma, são doenças intelectuais: Síndrome de Down, Síndrome do X-Frágil, Síndrome de Prader-Willi, Síndrome de Angelman, Alzheimer, Transtorno do espectro do autismo (TEA), doenças incapacitantes, temporárias ou permanentes

e quaisquer outras descritas pelo médico.

A medida prevê que todos os contemplados apresentem documentação que comprove o vínculo com a pessoa com deficiência.

Também assinam o texto como coautores os seguintes deputados: Lucinha (PSDB), Carlos Macedo (REP), Brazão (PL), Martha Rocha (PDT), Bebeto (PODE), Zeidan (PT), Tia Ju (REP), Alana Passos

(PSL), Célia Jordão (Patriota), Val Ceasa (Patriota), Márcio Pacheco (PSC), Gustavo Schmidt (PSL), Elton Cristo (Patriota), Dr. Deodato (DEM), Dionísio Lins (PP), Valdecy da Saúde (PTC), Vandro Família (SDD), Jair Bittencourt (PP), Márcio Canella (MDB), Anderson Alexandre (SDD), Giovani Ratinho (PROS) Pedro Ricardo (PSL), Wellington José (PMB), Marcus Vinícius (PTB).